inscrita na alínea a) do n.º 3) do artigo 176.º, capítulo 12.º, do orçamento do Ministério das Finanças decretado para o ano económico de 1938.

Art. 2.º É anulada igual quantia de 1:350.837\$50 na verba de 15:000.000\$ inscrita no n.º 4) do artigo 6.º, capítulo 1.º, do mesmo orçamento.

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêlé se contém.

Paços do Governo da República, 28 de Novembro de 1938. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — João Pinto da Costa Leite — Rafael da Silva Neves Duque.

Inspeção do Comércio Bancário

Portaria n.º 9:114

Tendo a Hidro-Eléctrica Portuguesa, sociedade anónima de responsabilidade limitada, domiciliada no Pôrto, na Rua 31 de Janeiro, 181, requerido autorização para emitir a 3.ª série de obrigações hipotecárias, na importância de 500.000\$ e do valor nominal de 100\$ cada uma, à taxa anual de 5 por cento, sem encargos para os obrigacionistas, e amortizáveis no prazo máximo de quinze anos, por sorteio ou compra no mercado, nos dias 2 de Janeiro e 2 de Julho de cada ano, com início em 2 de Janeiro de 1941:

Cumpridos os preceitos legais exigidos pelo artigo 7.º do regulamento da lei de 3 de Abril de 1896, aprovado por decreto de 27 de Agosto do mesmo ano;

Observado o disposto no decreto n.º 9:602, de 17 de Abril de 1924:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Finanças, que a Hidro-Eléctrica Portuguesa, sociedade anónima de responsabilidade limitada, domiciliada no Pôrto, na Rua 31 de Janeiro, 181, seja autorizada a emitir a 3.ª série de obrigações hipotecárias, na importância de 500.000\$ e do valor nominal de 100\$ cada, à taxa de 5 por cento ao ano, livre de encargos para os obrigacionistas, e amortizáveis no prazo máximo de quinze anos, por sorteio ou compra no mercado, nos dias 2 de Janeiro e 2 de Julho de cada ano, com início em 2 de Janeiro de 1941.

Esta autorização é concedida nas seguintes condições:

1.ª Que da emissão nenhuma responsabilidade de qualquer natureza ou espécie resultará para o Estado;

2.ª Que a emissão só poderá realizar-se depois de darem entrada na Inspeção do Comércio Bancário o documento comprovativo de ter sido efectuado o competente registo na Conservatória Comercial, como determina o artigo 49.º do Código Comercial, e um exemplar do *Diário do Governo* no qual a sociedade tenha feito publicar o respectivo plano de amortização;

3.ª Fica à responsabilidade da sociedade o pagamento dos impostos que competem aos portadores destas obrigações, que serão sempre calculados em relação à importância do juro ilíquido;

4.ª A autorização concedida é válida por noventa dias, contados da publicação desta portaria no *Diário do Governo*.

Ministério das Finanças, 28 de Novembro de 1938. — Pelo Ministro das Finanças, Adriano Pais da Silva Vaz Serra, Sub-Secretário do Estado das Finanças.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Repartição do Gabinete

Decreto n.º 29:191

Tendo a experiência demonstrado a necessidade de fazer algumas alterações ao decreto que criou o Grémio dos Armadores da Pesca da Sardinha e regula o seu funcionamento;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. O § 1.º do artigo 10.º, o n.º 3.º do artigo 18.º e o § único do artigo 28.º do decreto n.º 28:616, de 25 de Abril de 1938, são substituídos pelos seguintes:

§ 1.º do artigo 10.º O conselho geral reúne ordinariamente uma vez por ano, no mês de Janeiro, para apreciar e votar o relatório e contas do exercício findo, aprovar o orçamento para o ano corrente e eleger, quando necessário, a direcção do Grémio e a mesa do conselho geral, e reunirá extraordinariamente a pedido da direcção do Grémio ou de dois terços das delegações.

N.º 3.º do artigo 18.º A taxa referida no n.º 2.º do artigo 6.º, quando autorizada e fixada pelo Ministro da Marinha, será cobrada e liquidada conforme deliberação da direcção e depois de comunicada esta aos agremiados.

§ único do artigo 28.º As assembleas gerais das delegações serão convocadas se a direcção do Grémio o julgar conveniente e para os fins que previamente determinar.

Publique-se e cumpra-se como nêlé se contém.

Paços do Governo da República, 28 de Novembro de 1938. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Manuel Ortins de Bettencourt.

Portaria n.º 9:115

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, em obediência ao artigo 8.º do decreto n.º 28:408, de 31 de Dezembro de 1937, e à observação e) ao mapa 1 a que se refere o artigo 31.º do regulamento aprovado pelo decreto n.º 29:032, de 30 de Setembro de 1938, que sejam fixados os quadros seguintes:

Auxiliares de desenho	21
Apontadores	18
Guardas	21
Serventes do pessoal menor	6
Mestres	7
Contramestres	15
Arvorados	34

Esta portaria substitue a portaria n.º 9:108, publicada no *Diário do Governo* n.º 266, 1.ª série, de 16 de Novembro de 1938.

Ministério da Marinha, 28 de Novembro de 1938. — O Ministro da Marinha, Manuel Ortins de Bettencourt.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral de Fazenda das Colónias

1.ª Repartição

Decreto n.º 29:192

Atendendo ao que propôs o governador geral de Moçambique sobre a necessidade de adquirir o edificio onde

funciona a Escola Técnica Sá da Bandeira, na cidade de Lourenço Marques, aquisição que é feita em condições vantajosas;

Não se encontrando na tabela de despesa em vigor na mesma colónia verba por onde possa ocorrer-se aos correspondentes encargos;

Tendo em vista o artigo 28.º do Acto Colonial e por motivo de urgência;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 4.º do § 1.º do artigo 10.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português, e nos termos do § 2.º da mesma disposição, o Ministro das Colónias decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. O governador geral de Moçambique é autorizado a abrir, com as formalidades legais applicáveis, um crédito especial de 550.000\$, destinado a adquirir, por compra, à Caixa Económica Postal um edificio e terrenos anexos para instalação definitiva da Escola Técnica Sá da Bandeira, saindo a respectiva contrapartida das disponibilidades existentes na alínea a) dos n.ºs 1), 2) e 3) do artigo 469.º e da alínea a) do n.º 1) do artigo 470.º do capítulo 4.º, respectivamente de 256.000\$, 174.000\$, 20.000\$ e 100.000\$, da tabela de despesa da colónia em vigor.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Para ser publicado no «Boletim Oficial» da colónia de Moçambique.

Paços do Govêrno da República, 28 de Novembro de 1938. — ANTONÍO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Francisco José Vieira Machado.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA

11.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 29:193

Com fundamento nas disposições do artigo 2.º do decreto-lei n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, e mediante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Govêrno decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério do Comércio e Indústria, um crédito

especial da quantia de 1.690\$, destinado a fardamento de um contínuo de 2.ª classe e mais uniformes que falta distribuir, devendo a mesma importância ser adicionada à verba inscrita no n.º 3) «Fardamentos ao pessoal menor do Gabinete do Ministro» do artigo 20.º «Outras despesas com o pessoal», capítulo 2.º «Secretaria Geral», do orçamento respeitante ao corrente ano económico de 1938 do segundo dos mencionados Ministérios.

Art. 2.º É anulada a importância de 1.690\$ no n.º 1) «Serviços de sindicâncias» do artigo 23.º «Diversos serviços» dos mesmos capítulo e orçamento.

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno da República, 28 de Novembro de 1938. — ANTONÍO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — João Pinto da Costa Leite — Rafael da Silva Neves Duque.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Inspecção Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas

Decreto n.º 29:194

Tornando-se necessário proceder ao registo dos aparelhos de destilação, em conformidade com o disposto na legislação em vigor;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Govêrno decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. Os requerimentos para a inscrição de aparelhos de destilação na Inspecção Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas, a que se referem os decretos n.ºs 20:408 e 20:885, respectivamente de 20 de Outubro de 1931 e de 13 de Fevereiro de 1932, podem ser admitidos até 30 de Abril de 1939.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno da República, 28 de Novembro de 1938. — ANTONÍO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Rafael da Silva Neves Duque.